

**ROTEIRO DE
ESTUDO/ATIVIDADES**

UME: IRMÃO JOSE GENESIO

ANO:8º anos COMPONENTE CURRICULAR: História

PROFESSOR:Sérgio

PERÍODO DE 28/09/2020 a 09/10/2020

1."Confederação do Equador: Manifesto Revolucionário:

Brasileiros do Norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós, após uma estúpida condescendência com os Brasileiros do Sul, aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-vos. Que desaforado atrevimento de um europeu no Brasil. Acaso pensará esse estrangeiro ingrato e sem costumes que tem algum direito à Coroa, por descender da casa de Bragança na Europa, de quem já somos independentes de fato e de direito? Não há delírio igual (...)."

O texto dos Confederados de 1824 revela um momento de insatisfação política contra a:

a) extinção do Poder Legislativo pela Constituição de 1824 e sua substituição pelo Poder Moderador.

b) mudança do sistema eleitoral na Constituição de 1824, que vedava aos brasileiros o direito de se candidatar ao Parlamento, o que só era possível aos portugueses.

c) atitude absolutista de D. Pedro I, ao dissolver a Constituinte de 1823 e outorgar uma Constituição que conferia amplos poderes ao Imperador.

d) liberalização do sistema de mão de obra nas disposições constitucionais, por pressão do grupo português, que já não detinha o controle das grandes fazendas e da produção de açúcar.

e) restrição às vantagens do comércio do açúcar pelo reforço do monopólio português e aumento dos tributos contidos na Carta Constitucional.

2. Sobre o processo de Independência deflagrado no Brasil em 1822, que implementou o Primeiro Reinado, é possível dizer que:

a) Dom Pedro antecipou-se à estratégia de seu irmão, D. Miguel, que também queria ser imperador do Brasil.

b) foi um processo deflagrado no Brasil após a morte de D. João VI.

c) foi um processo coordenado pelos revolucionários latino-americanos, como Bartolomé Mitre e Simon Bolívar.

d) foi um processo articulado por Napoleão Bonaparte, que fugiu da ilha de Santa Helena para o Brasil em 1819.

e) foi um reflexo da Revolução Liberal do Porto (1820), que exigiu o retorno de D. João VI para Portugal.

3. O episódio conhecido como "A Noite das Garrafadas", briga entre portugueses e brasileiros, relaciona-se com:

a) a promulgação da Constituição da Mandioca pela Assembleia Constituinte.

b) a instituição da Tarifa Alves Branco, que aumentava as taxas de alfândega, acirrando as disputas entre portugueses e brasileiros.

c) o descontentamento da população do Rio de Janeiro contra as medidas saneadoras de Oswaldo Cruz.

d) a manifestação dos brasileiros contra os portugueses ligados à sociedade "Colunas do Trono" que apoiavam Dom Pedro I.

e) a vinda da Corte Portuguesa e o confisco de propriedades residenciais para alojá-la no Brasil.

4. Entre as causas da abdicação do trono por parte de D. Pedro I, está:

a) a União Ibérica, entre Portugal e Espanha.

b) revoltas locais, como Revolução Farroupilha.

c) a crise financeira de 1829, que ocasionou o fechamento do Banco do Brasil.

d) a crise de legitimidade pelo não uso do Poder Moderador.

e) o processo de Impeachment protocolado por senadores da época.

5. Com a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831, o fracasso do primeiro reinado tomou corpo. Com relação a isso, considere os fatos abaixo:

I. A imigração europeia para o Brasil ocorrida nesse período.

II. A eclosão da guerra na Província Cisplatina (1825-1828) contra as Províncias Argentinas, a qual consumiu recursos do Estado em formação e cujo principal resultado foi a criação da República Oriental do Uruguai, em 1828.

III. A indisposição do Imperador nas negociações com os deputados das províncias do Brasil, que levou ao fechamento da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, e à imposição de uma carta constitucional em 1824.

IV. A queda do gabinete dos Andradas, que levou o Imperador a se cercar de inúmeros portugueses, egressos de Portugal ainda ao tempo do governo de D. João VI.

Tiveram influência direta no desfecho do primeiro reinado os fatos apresentados em:

a) II, III e IV somente.

b) I, III e IV somente.

c) III e IV somente.

d) I, II e III somente.

e) I e II somente.

6. Entre os fatores de ordem internacional que também foram importantes para a abdicação de D. Pedro I, podemos citar:

a) A União Ibérica e a guerra contra os Holandeses.

b) A guerra civil portuguesa e a guerra civil espanhola.

c) A Guerra de Secessão Americana e a Guerra dos Farrapos.

d) A conquista da Península Ibérica pelos turcos e a crise entre a coroa inglesa e o Brasil.

e) A morte de Dom João VI, de Portugal, e a queda de Carlos X, da França.

7. Em 1831, quando o imperador D. Pedro I estava na iminência da abdicação, houve um acontecimento na cidade do Rio de Janeiro que envolveu portugueses (residentes na cidade), apoiadores do imperador, e brasileiros, contrários. Esse episódio ficou marcado pela quebra de garrafas e de luminárias. Que nome foi dado a tal fato?

a) Guerra dos vitrais

b) Embates políticos na Corte

c) Noite do Quebra-quebra

d) Noite das Garrafadas

e) Conflitos luso-brasileiros

8. A Constituição imperial brasileira, promulgada em 1824, estabeleceu linhas básicas da estrutura e do funcionamento do sistema político imperial tais como o(a):

- a) ampla participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos.
- b) equilíbrio dos poderes com o controle constitucional do Imperador e as ordens sociais privilegiadas.
- c) predominância do poder do imperador sobre todo o sistema através do Poder Moderador.
- d) autonomia das Províncias e, principalmente, dos Municípios, reconhecendo-se a formação regionalizada do país.
- e) laicização do Estado por influência das idéias liberais.

9. Assinale a alternativa que melhor define o caráter da política de D. Pedro I através do Poder Moderador, instituído pela carta constitucional de 1824.

- a) O Poder Moderador, que era representado pelo próprio imperador, levou à descentralização política característica do primeiro reinado, pois D. Pedro, a partir deste poder, distribuía cargos a vários políticos numa clara estratégia de manter a estabilidade de seu governo.
- b) O Poder Moderador significou uma estratégia política moderna e avançada, pois somente o Brasil possuía 4 poderes no contexto latino-americano do século XIX.
- c) O Poder Moderador significou uma estratégia conservadora, pois, através dele, o senado brasileiro protagonizou as principais decisões políticas, tornando o imperador uma figura simbólica com poderes limitados.
- d) O Poder Moderador centralizou as decisões políticas no judiciário que, através de suas medidas, inibia as ações dos demais políticos.
- e) O Poder Moderador, política que D. Pedro I implementou, caracterizou-se pela centralização acentuada, pois na prática anulava os demais poderes..

10. A primeira Constituição do Brasil foi outorgada no ano de 1824 e instituía uma peculiaridade, um quarto poder que também era chamado de

- a) Executivo.
- b) Legislativo
- c) Judiciário.
- d) Moderador.
- e) Absoluto

O **Primeiro Reinado (1822-1831)** marcou os anos iniciais do Brasil como nação independente após o processo de independência ter sido conduzido por intermédio de D. Pedro I. Com esse acontecimento, o Brasil transformou-se em uma monarquia – a única da América Latina – e foi governada por D. Pedro I de maneira autoritária.

Independência do Brasil

O processo de independência do Brasil foi resultado das pressões exercidas pelas cortes portuguesas sobre D. Pedro I, que se tornou regente do Brasil quando seu pai, D. João VI, retornou para Portugal em 1821. As cortes portuguesas haviam sido formadas durante a **Revolução Liberal do Porto** e pressionavam as autoridades reais por mudanças em Portugal.

Essas pressões sobre o regente levaram-no à liderança do processo de ruptura entre Brasil e Portugal. Assim, incentivado por D. Leopoldina e José Bonifácio, o próprio D. Pedro I declarou a independência do Brasil no dia 7 de setembro, às margens do Rio Ipiranga. Seguiu-se, então, uma **guerra de independência** travada em diferentes partes do Brasil, com combates de baixa intensidade.

A independência do Brasil apenas foi de fato reconhecida por Portugal em 1825, após as negociações mediadas pela Inglaterra que previam o pagamento de **dois milhões de libras como indenização** e a exigência de que o Brasil não reivindicasse, incentivasse ou liderasse a independência de outras colônias portuguesas.

Com a independência do Brasil, **D. Pedro foi coroado imperador** sob o nome de **D. Pedro I**. Isso fez da nação uma monarquia – a única existente na América Latina após os processos de independência. A escolha pelo regime monárquico foi explicada pelos historiadores como falta de interesse das elites do sudeste brasileiro em realizar as mudanças no quadro socioeconômico que um eventual sistema republicano poderia gerar.

Acontecimentos do Primeiro Reinado

Os primeiros dois anos do Brasil como nação independente tiveram como principal debate (além da procura pelo reconhecimento internacional) a **elaboração de uma constituição** para o país. Esse documento seria elaborado por uma [Assembleia] Constituinte que havia sido escolhida em eleições realizadas após a independência.

A Constituinte assumiu suas funções em maio de 1823, e a elaboração da Constituição gerou desentendimentos profundos entre os deputados e D. Pedro I. O grande debate era acerca do alcance dos poderes políticos do imperador. Os constituintes queriam que os poderes do imperador fossem limitados e que ele não tivesse a permissão de dissolver a Constituinte quando bem entendesse. Essa postura dos constituintes, de procurar limitar o poder real, naturalmente, gerou insatisfação em D. Pedro I, que defendia que seu poder fosse centralizador e autoritário sobre a nação.

Essa disputa entre os constituintes e o imperador resultou em um evento conhecido como **Noite da Agonia**. No dia 12 de novembro de 1823, por ordens de D. Pedro I, militares invadiram a Assembleia Constituinte e prenderam os deputados opositores do imperador. Com isso, a constituição que havia sido elaborada foi barrada por D. Pedro I.

Essa medida de D. Pedro I aconteceu porque, em setembro do mesmo ano, a Constituinte havia finalizado a elaboração da constituição que, além de possuir um caráter liberal, também limitava os poderes reais. A

partir da prisão de seus opositores e da impugnação desse documento, D. Pedro I formou um Conselho de Estado e passou a elaborar uma constituição que lhe agradasse.

A constituição elaborada por D. Pedro I e seu conselho foi outorgada, isto é, foi imposta por vontade do imperador no dia 25 de março de 1824. Portanto, a primeira constituição brasileira foi produto do autoritarismo e definida de cima para baixo. Esse conjunto de regras também possuía alguns princípios liberais, porém dava poderes irrestritos ao imperador brasileiro.

A **Constituição de 1824** tinha como principais fundamentos estabelecidos:

- Existência de **quatro poderes**: o **executivo**, **legislativo**, **judiciário** e o **poder moderador**. O poder moderador representava unicamente a figura do imperador e cedia-lhe direitos políticos plenos.
- O imperador foi considerada **figura sagrada e inviolável**.
- Forma de governo escolhida foi a **monarquia**, com a transmissão do poder feita de maneira **hereditária**.
- As eleições foram estabelecidas como **indiretas**, e o direito ao voto era **censitário**, ou seja, foram estabelecidos critérios de renda para determinar quem teria direito ao voto. Além desses critérios, foi estabelecido que somente homens livres e com mais de 25 anos poderiam votar.
- A constituição também garantiu alguns **direitos individuais** importantes, como tolerância religiosa (foi permitido o culto privado a outras religiões que não fossem o catolicismo), proteção à propriedade privada etc.

Renúncia de D. Pedro I

As posturas autoritárias de D. Pedro I geraram forte insatisfação, principalmente entre as elites do Nordeste. Essa insatisfação foi intensificada nessa região com a influência de **Cipriano Barata** e **Joaquim do Amor Divino**, também conhecido como **frei Caneca**. Eles veiculavam suas críticas ao imperador em jornais que circulavam em Pernambuco, chamados *Sentinela da Liberdade* (Cipriano Barata) e *Tífis Pernambucano* (frei Caneca).

Além do autoritarismo do imperador, os altos impostos e os impactos ideológicos que a **Revolução Pernambucana de 1817** ainda geravam nessa região levaram a província de Pernambuco a uma nova rebelião: a **Confederação do Equador**. Essa revolta iniciou-se em 2 de julho de 1824 e foi liderada por **frei Caneca** e **Manoel de Carvalho Paes de Andrade**.

A Confederação do Equador, assim como a Revolução Pernambucana, possuía caráter separatista e defendia o republicanismo. Essa revolta espalhou-se por outras regiões do Nordeste brasileiro, como as províncias da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em setembro de 1824, as tropas imperiais já haviam retomado Recife e controlado essa revolta. Os envolvidos foram duramente reprimidos, e frei Caneca, por exemplo, foi executado.

Além da Confederação do Equador, outra revolta eclodiu na **Cisplatina**, província ao sul que havia sido integrada por D. João VI ao invadir a região e derrotar José Artigas na década de 1810. A revolta na Cisplatina declarava a separação dessa região do Brasil e sua anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). Isso deu início, em 1825, a um conflito conhecido como **Guerra da Cisplatina**.

A Guerra da Cisplatina foi, portanto, um conflito travado entre o Império brasileiro contra o governo de Buenos Aires pelo controle da Cisplatina. Essa guerra estendeu-se de maneira desgastante durante três anos e, por mediação da Inglaterra, um acordo de paz foi assinado em 1828 entre os dois governos. Ambos os países abriram mão da Banda Oriental, e foi concedida a independência para a região sob o nome de **República Oriental do Uruguai**.

Esse acordo foi visto como uma derrota, pois o Brasil não conseguiu retomar o controle sobre a Cisplatina. Além disso, o envolvimento do Brasil nessa guerra prejudicou enormemente a economia, e a soma dos fatores (autoritarismo político, derrota na guerra e crise econômica) resultou no enfraquecimento da posição de D. Pedro I.

D. Pedro I procurou reforçar sua posição alinhando-se cada vez mais ao lado do "Partido Português", isto é, portugueses que haviam sido contrários à independência e que agora defendiam a manutenção de D. Pedro I no poder. Isso agravou o quadro de insatisfação política, e os desentendimentos entre o "Partido Português" e o "Partido Brasileiro" intensificaram-se, o que levou D. Pedro I a abdicar do trono do Brasil em 7 de abril de 1831 em favor de seu filho, Pedro de Alcântara.

A abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro em favor de seu filho deu início a um período da história brasileira conhecido como Período Regencial, no qual Pedro de Alcântara tinha apenas cinco anos e, portanto, não tinha idade legal para assumir o trono brasileiro.

Noite das garrafadas foi o nome pelo qual ficou conhecido o enfrentamento entre brasileiros e portugueses ocorrido no Rio de Janeiro expondo a insatisfação de parte da população com o reinado de **D. Pedro I** em um momento de grande instabilidade política.

Para se compreender melhor esse acontecimento, é necessário o entendimento da crise política na qual se encontrava o Brasil àquela época. Quando houve a dissolução da Assembleia constituinte e a outorga da constituição (constituição outorgada é aquela imposta, sem os trâmites burocráticos de um governo democrático) no ano de 1824, D. Pedro foi vendo sua popularidade entrar em franco declínio, com insatisfação popular e perda de apoio de sustentação política. Isso ocorreu, dentre outros fatores:

- Governo absolutista expresso, por exemplo, na concentração de poderes através do poder moderador;
- Violência da repressão à Confederação do Equador, uma revolta com caráter liberal e republicano ocorrida em 1824 em algumas províncias nordestinas. Caso emblemático foi de um dos líderes, Frei Caneca, que após ser condenado pela sua participação na Confederação do Equador, acabou sendo fuzilado após todos os carrascos se recusarem a executar o enforcamento;
- Guerra da Cisplatina envolvendo Brasil e Argentina que se iniciou com a revolta dos moradores da região Cisplatina (atual Uruguai) contra a dominação do Brasil. Os combates duraram aproximadamente dois anos e resultou em várias derrotas das forças armadas brasileiras, só terminando com a intervenção da Inglaterra e assinatura em 1828 de um acordo entre os dois países participantes;
- Sucessão do trono português envolvendo D. Pedro I devido a morte de D. João VI no ano de 1826. Mesmo tendo abdicado do trono de Portugal em favor de sua filha D. Maria da Glória, os brasileiros suspeitavam e criticavam o interesse de D. Pedro pelos negócios portugueses.

Tentando recuperar sua popularidade, D. Pedro I realizou em 1830 uma série de viagens às províncias brasileiras. Ao voltar da viagem que fez a Minas Gerais (onde teve reações frias e pouco calorosas), os portugueses residentes no Rio de Janeiro o receberam com homenagens (acenderam fogueiras nas ruas) que não foram aceitas pelos brasileiros, que reagiram apagando as fogueiras e dando vivas à Constituição.

A noite das garrafadas teve como consequência a nomeação pelo imperador de um novo ministério que era composto apenas por brasileiros, isto não foi, porém, o suficiente para acalmar os ânimos. Então, um novo ministério, conhecido por Ministério dos Marqueses foi nomeado 15 dias depois. Esse ato causou reação popular em 7 de abril, com apoio de segmentos das tropas militares, se reuniram no Campo de Santana protestando contra o governo. Não tendo mais apoio político ou militar, D. Pedro I renuncia o trono em nome de seu filho D. Pedro de Alcântara – ainda menor de idade – e retorna a Portugal.